

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 743
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : **MIN. ANDRÉ MENDONÇA**
REDATOR **DO:** **MIN. FLÁVIO DINO**
ACÓRDÃO
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : RAPHAEL SODRE CITTADINO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO
AMAZONAS
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO
GROSSO
INTDO.(A/S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO
MARANHÃO
INTDO.(A/S) : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO
TOCANTINS
AM. CURIAE. : LABORATÓRIO DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA -
OC
ADV.(A/S) : MARCELA RODRIGUES CALIXTO
ADV.(A/S) : FABIO TAKESHI ISHISAKI

ADPF 743 / DF

ADV.(A/S) : NAUE BERNARDO PINHEIRO DE AZEVEDO
ADV.(A/S) : CAMILA BARROS DE AZEVEDO GATO
ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA
ADV.(A/S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO
ADV.(A/S) : SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO E
OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : WWF - BRASIL
ADV.(A/S) : ALESSA SUMIE NUNES NOGUCHI SUMIZONO
AM. CURIAE. : INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
ADV.(A/S) : MAURICIO GUETTA
AM. CURIAE. : ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO
BRASIL - APIB
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO
AM. CURIAE. : INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S) : PEDRO AFFONSO DUARTE HARTUNG
AM. CURIAE. : GREENPEACE BRASIL
ADV.(A/S) : DANIELA MALHEIROS JEREZ
ADV.(A/S) : ANGELA MOURA BARBARULO
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DIREITOS HUMANOS EM REDE
ADV.(A/S) : GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S) : DENISE DOURADO DORA
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO CIVIL ALTERNATIVA TERRAZUL
ADV.(A/S) : RAFAEL ECHEVERRIA LOPES

DECISÃO:

CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA: AGRAVAMENTO DO CENÁRIO CLIMÁTICO E RISCOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Consoante consignado em decisões anteriores, o ano de 2025 trouxe números sensivelmente melhores na Amazônia e no Pantanal, embora remanesçam gigantescos desafios nas áreas de comando e controle. Contudo, os elementos constantes dos autos evidenciam que o cenário

prospectivo para o ano de 2026 aponta para elevada probabilidade de ocorrência de temperaturas superiores à média, bem como para a persistência de um *déficit* hídrico, especialmente em regiões já reconhecidamente vulneráveis da Amazônia Legal e do Pantanal.

Conforme indicado, **há a previsão de que o fenômeno climático *El Niño* atinja seu pico de intensidade entre os meses de setembro e outubro de 2026**, período que, segundo registros, corresponde à fase mais crítica para a deflagração e propagação de incêndios florestais. Tal circunstância foi consignada na **Nota Informativa n. 26323826/2026, elaborada pelo IBAMA (eDoc 2057)**.

Notícias recentemente veiculadas na imprensa corroboram esse panorama de risco e apontam para a possibilidade de intensificação do referido evento climático, inclusive com a evolução para um episódio de maior severidade, reacendendo o debate acerca da possibilidade de um “super *El Niño*”, com potenciais impactos sobre os ecossistemas sensíveis e sobre a capacidade de resposta dos órgãos de controle e de fiscalização ambiental:

O risco de um super *El Niño* aumentou?¹

Novas previsões divulgadas em maio aumentaram a preocupação de cientistas sobre a possibilidade de um *El Niño* forte — e possivelmente muito forte — se desenvolver nos próximos meses, embora especialistas ressaltem que ainda seja cedo para afirmar que o fenômeno atingirá nível de “super *El Niño*”.

O Centro de Previsão Climática dos Estados Unidos (CPC/NOAA) elevou o status para “alerta de *El Niño*” e afirmou haver 82% de chance de o fenômeno surgir entre maio e julho de 2026 e 96% de probabilidade de ele persistir até o inverno do

¹ BBC. *Super El Niño: risco de fenômeno forte aumenta em 2026, diz NOAA*. G1, 19 maio 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/05/19/o-risco-de-um-super-el-nino-aumentou.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2026.

hemisfério norte, entre dezembro de 2026 e fevereiro de 2027.

E no Brasil?

Os impactos do El Niño no Brasil variam conforme a intensidade do fenômeno e também de acordo com a região do país.

Segundo a Climatempo, os **impactos mais relevantes do novo El Niño devem começar a aparecer principalmente a partir da primavera de 2026**, período em que o fenômeno normalmente ganha força e passa a influenciar mais diretamente o clima no Brasil.

A nota técnica do Cemaden aponta que o fenômeno pode elevar o risco de chuvas extremas, deslizamentos e enchentes no Sul do país, **enquanto Norte e Nordeste podem enfrentar agravamento da seca e maior risco de incêndios florestais**. Já a região central do Brasil deve registrar ondas de calor mais frequentes e períodos de baixa umidade.

Marengo afirmou à BBC News Brasil que, independentemente da intensidade final do fenômeno, governos e autoridades já deveriam começar ações preventivas.

Incêndios já queimaram 150 milhões de hectares de vegetação no planeta em 2026²

Área queimada entre janeiro e abril já é maior do que todo estado do Amazonas; Mudança climática impulsiona destruição pelo fogo em nível global, mostra análise

Os incêndios podem piorar com a chegada do El Niño, fenômeno natural. Apesar de incertezas, há possibilidades de

² PACHECO, Priscila. *Incêndios já queimaram 150 milhões de hectares de vegetação no planeta em 2026*. Observatório do Clima, 14 maio 2026. Disponível em: <https://oc.eco.br/incendios-ja-queimaram-150-milhoes-de-hectares-de-vegetacao-no-planeta-em-2026/>. Acesso em: 20 maio 2026

que o El Niño deste ano seja muito forte. Segundo a análise da WWA, embora não haja certeza de que haverá um “super El Niño”, é muito provável que algum evento de calor extremo ocorra, o que eleva o **risco de incêndios florestais no segundo semestre** e a probabilidade de condições severas de calor e seca na Austrália, no noroeste dos Estados Unidos e Canadá e na **Amazônia**. A gravidade dos incêndios nessas regiões já está em crescimento por causa das mudanças climáticas.

[...]

“Na história moderna da humanidade, nunca experimentamos um evento El Niño forte ou muito forte em meio a condições preexistentes de aquecimento global”, diz.

No Brasil, os sinais de agravamento também já aparecem nos dados oficiais. Na Amazônia, o número de focos de incêndios de 1 de janeiro a 13 de maio é 51% maior do que no mesmo período do ano passado, segundo o INPE. O Pantanal aumentou 132%, a Caatinga 14% e a Mata Atlântica 1%.

Em março, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima se reuniu com especialistas para debater sobre o clima e o risco de incêndios florestais em todos os biomas brasileiros. A pasta destacou a ocorrência do El Niño como um fator preocupante, principalmente entre outubro e novembro, período historicamente mais crítico no Pantanal, Cerrado e leste da Amazônia.

A Nota Técnica - *El Niño* 2026, recentemente divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, igualmente projeta impactos relevantes para a Amazônia Legal, destacando o aumento de risco de incêndios florestais em razão da conjugação de fatores como a estação de seca prolongada, elevação das temperaturas acima da média e a redução da umidade relativa do ar³:

³ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE) et al. *Nota técnica conjunta: El Niño 2026*. [S. 5]

Esta nota técnica apresenta informações sobre as condições previstas para o estabelecimento da fase positiva do fenômeno El Niño–Oscilação Sul (ENOS). O ENOS consiste em um sistema oceânico-atmosférico acoplado que ocorre na região do oceano Pacífico equatorial e na atmosfera adjacente, caracterizado por variações anômalas na temperatura da superfície do mar (TSM) e na circulação atmosférica. Essas alterações exercem influência em escala global, afetando os padrões de circulação atmosférica, o transporte de umidade, bem como os regimes de temperatura do ar e de precipitação.

O El Niño corresponde à fase quente do ENOS, sendo caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do oceano Pacífico equatorial em relação à média climatológica. Por sua vez, a La Niña representa a fase fria do fenômeno, associada ao resfriamento anômalo das águas superficiais nessa mesma região.

Conforme observado historicamente, o El Niño pode provocar impactos marcantes nos padrões de precipitação e na temperatura do ar em grande parte do território brasileiro. De acordo com as previsões atuais, o fenômeno tem alta probabilidade (superior a 80%) de se configurar ao longo do segundo semestre de 2026, podendo se estender até, pelo menos, o início de 2027. Nesse contexto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) alertam para o risco de ocorrência de eventos climáticos extremos associados a esse fenômeno e seus potenciais impactos.

Extremos climáticos podem causar impactos marcantes

1.]; INPE, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/NotaTecnicaConjuntaElNino2026_INPEINMETFuncemeCENSIPAM.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

em diversos setores da sociedade e da economia, afetando o abastecimento de água, a segurança alimentar, a geração de energia, a mobilidade, a saúde pública e as atividades produtivas em diferentes regiões do País.

[...]

NORTE (Amazônia Legal): Aumento do risco de fogo: Uma estação seca mais prolongada, combinada com temperaturas acima da média e baixos níveis de umidade relativa do ar, favorece condições de maior vulnerabilidade dos biomas amazônicos à ocorrência e propagação de incêndios florestais. Eventos anteriores associados ao El Niño evidenciam esse comportamento, como a seca de 2015, que elevou a inflamabilidade da floresta e das áreas agrícolas no leste e sul da Amazônia. Estudos indicam que, nesse período, a incidência de fogo aumentou em cerca de 36% em relação à média dos 12 anos anteriores.

No curso da reunião técnica realizada em 14 de abril de 2026 (eDOC 2132), o Núcleo de Processos Estruturais desta Corte questionou os representantes da União acerca da previsão de seca severa para o ano de 2026, associada ao evento climático El Niño, bem como sobre as providências adotadas diante desse cenário. Na mesma oportunidade, a Procuradoria-Geral da República manifestou preocupação quanto à necessidade de produção tempestiva de alertas relacionados ao fenômeno e a (in)suficiência de capital humano, especialmente servidores e meteorologistas, no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima informou que a preocupação com os potenciais efeitos do El Niño está presente no âmbito do Governo Federal, embora tenha ressaltado a existência de divergências sobre as projeções globais de força do fenômeno para 2026. Acrescentou, ainda, que, até aquele momento, a previsão de impacto para

ADPF 743 / DF

o Brasil seria de grau intermediário, noticiando que: “ o Governo elabora um plano emergencial para 2026 na Amazônia, Cerrado e Pantanal, com prazo estimado de dois a três meses para estruturação” (eDOC 2132, p. 16).

Considerando os três planos apresentados pela União e homologados nos autos - a saber: (i) Plano de ação emergencial de prevenção e enfrentamento aos incêndios florestais na Amazônia Legal e Pantanal (eDOC 1054); (ii) Plano de fortalecimento institucional para o controle dos incêndios florestais na Amazônia e Pantanal (eDOC 1053); e (iii) Plano de integração de dados e aprimoramento dos sistemas federais de gestão ambiental , bem como os recentes planos apresentados pelos Estados, impõe-se a intimação destes para que se manifestem sobre as providências de planejamento e preparação que vêm sendo adotadas para a eventualidade de as projeções se confirmarem e haver o incremento de incêndios florestais.

DETERMINAÇÕES:

Ante o exposto, em cumprimento ao Acórdão do Plenário do STF, **determino a intimação da União e dos Estados da Amazônia Legal e do Pantanal** para que informem expressamente as providências de planejamento e de preparação adotadas, diante da confirmação das projeções que indicam incremento significativo dos riscos de incêndios florestais, especialmente no 2º semestre de 2026.

Prazo: 10 (dez) dias úteis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2026.

Ministro FLÁVIO DINO

ADPF 743 / DF

Relator

Documento assinado digitalmente